

## PROJETO DE LEI Nº 5.186, DE 2005 (do Poder Executivo)

EMENDA DE PLENÁRIO №\_\_\_\_\_

Dê-se ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, constante do art. 1º do Projeto de Lei n.º 5.186, de 2005, a seguinte redação:

*Art. 56	
VII – um sexto dos recursos destinados ao Ministériose refere o II do art. 6º desta Lei, calculado após deduno § 2º do referido artigo;	o dos Esportes a que uzida a fração prevista
VIII – outras fontes.	
	*********************
***************************************	

- § 2º Os recursos financeiros de que trata o inciso VII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes CBC e destinados única e exclusivamente para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observado o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.
- § 3º Dos totais dos recursos correspondentes ao Comitê Olímpico Brasileiro COB, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro CPB e à Confederação Brasileira de Clubes CBC:
- I dez por cento serão destinados ao desporto escolar, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar CBDE;
- II cinco por cento serão destinados ao desporto universitário, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário CBDU.





- § 4º Os recursos a que se referem os incisos VI e VII serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos.
- § 5º Os recursos de que trata o § 4º serão disponibilizados aos beneficiários no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio, conforme disposto em regulamento.
- § 6º Dos programas e projetos referidos no § 4º será dada ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte.
- § 7º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e à Confederação Brasileira de Clubes -CBC em decorrência desta Lei.
- § 8º O Ministério do Esporte deverá acompanhar os programas e projetos referidos no § 4º deste artigo e apresentar anualmente relatório da aplicação dos recursos, que deverá ser aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte, sob pena da entidade beneficiada não receber os recursos no ano subsequente.
- § 9º O relatório a que se refere o § 8º deste artigo será publicado no sítio do Ministério do Esporte na Internet, do qual constarão:
- I os programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada;

|| - os valores gastos;

 III – os critérios de escolha de cada beneficiário e sua respectiva prestação de contas;" (NR)

Sala das Sessões, em fevereiro de 2010.

Deputado AFONSO HAMM

Presidente da Comissão de Turismo e Desporto

2-36 (Plane ma)

## Deputado MARCELO TEIXEIRA - PR/CE

1º Vice-Presidente da CTD

Deputado EUGÊNIO RABELO -

PP/CE

2º Vice-Presidente da

Deputado OTAVIO LEITE - PSDB/RJ

3º Vice-Presidente da CTD

Deputado SILVIO TORRES -

PSDB/SP 5

Membro da CTD

Deputado DELEY - PSC/RJ

Membro da CTD

Deputado GILMAR MACHADO -

PT/MG

Membro da CTD